



Justiça Social e Progresso

A Força de Quem Trabalha

Proposta Temática
do Secretariado Nacional dos TSD
ao 43º Congresso Nacional do PSD

Primeiro Subscritor: *Pedro Roque Oliveira*

ÍNDICE

I. PSD – UNIR PARA LIDERAR PORTUGAL

1. SAUDAÇÃO A LUÍS MONTENEGRO E À ESTABILIDADE GOVERNATIVA
2. UMA SITUAÇÃO INTERNACIONAL EM TRANSFORMAÇÃO – UM GOVERNO ASSERTIVO E FIEL AOS SEUS ALIADOS

II. PORTUGAL E O PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

1. PSD – UM GRANDE PARTIDO DE PORTUGAL, DA SOCIEDADE E DOS TRABALHADORES
2. O PAPEL INCONTORNÁVEL DO PSD NA RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS LABORAIS E NO FUTURO DO TRABALHO

III. ECONOMIA, SOCIEDADE E TRABALHO

1. MAIS DESENVOLVIMENTO COMO GARANTIA DE INCREMENTO SOCIAL (A Valorização do Salário Médio e o Combate ao Achatamento das Carreiras)
2. VALORIZAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS, APROFUNDAR O ESTADO SOCIAL
3. A RELEVÂNCIA DO SINDICALISMO DE BASE DEMOCRÁTICA
4. A CONCERTAÇÃO SOCIAL E O DIÁLOGO TRIPARTIDO COMO PILAR ESTRUTURAL DA GOVERNABILIDADE
5. OS DESAFIOS DA COMPETITIVIDADE, DOS CONFLITOS MILITARES E AS RESPOSTAS EUROPEIAS
6. COMPETITIVIDADE EUROPEIA, GERAÇÃO DE EMPREGO DE QUALIDADE
7. GLOBALIZAÇÃO E MIGRAÇÕES

IV. SUSTENTABILIDADE DO MODELO ECONÓMICO E O FUTURO DO TRABALHO

1. LEGISLAÇÃO LABORAL E FUTURO DO TRABALHO
2. TRANSPARÊNCIA SALARIAL E RENDIMENTO EFETIVO
3. ORGANIZAÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO
4. PLATAFORMAS DIGITAIS E NOVAS FORMAS DE EMPREGO
5. A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA
6. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SEGURANÇA SOCIAL
7. REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DEFESA DA DIGNIDADE HUMANA
8. TELETRABALHO E DIREITO À DESCONEXÃO
9. FORMAÇÃO CONTÍNUA E REQUALIFICAÇÃO

CONCLUSÃO - Um Compromisso Reformista e Humanista para o Futuro de Portugal

I. PSD – UNIR PARA LIDERAR PORTUGAL

1. SAUDAÇÃO A LUÍS MONTENEGRO E À ESTABILIDADE GOVERNATIVA

O atual ciclo político em Portugal nasceu do encerramento abrupto da legislatura de maioria absoluta do Partido Socialista — um período marcado pela incapacidade de gestão política, sucessivos erros de governação e constantes crises éticas. Chamados às urnas em março de 2024, os portugueses escolheram mudar de rumo, confiando a vitória à Aliança Democrática (AD) e abrindo caminho para a constituição do XXIV Governo Constitucional chefiado por Luís Montenegro.

Esta liderança afirmou-se num dos contextos mais complexos da nossa história democrática contemporânea. A fragmentação parlamentar e a consolidação de um ecossistema político tripartido — com uma representação expressiva da extrema-direita — exigiram do PSD um sentido de Estado e uma resiliência invulgares.

Contra os vaticínios iniciais de instabilidade permanente, a coesão interna do PSD e a liderança firme, dialogante e pragmática de Luís Montenegro souberam garantir a governabilidade do país, a aprovação de reformas estruturais e a afirmação de uma alternativa de Centro madura e credível.

Sem embargo, a 11 de março de 2025, o Parlamento reprovou uma moção de confiança com os votos contra de quase toda a oposição. O Governo caiu ao fim de escassos 11 meses de mandato. O Presidente da República dissolveu o Parlamento, convocou eleições legislativas antecipadas para maio de 2025 e que acabaram por ditar uma nova vitória da AD. Luís Montenegro foi novamente indigitado primeiro-ministro pelo Presidente da República e formou o atual XXV Governo Constitucional.

Apesar do reforço da votação - que lhe permite melhores condições político-parlamentares do que o anterior - o atual Governo mantém-se numa posição minoritária e dependente de equilíbrios. Para evitar nova paralisia, o executivo viu-se obrigado a negociar pastas cruciais e a viabilização de orçamentos, dependendo frequentemente da geometria de votos e da abstenção/aprovação do Chega e do PS no Parlamento.

A situação atual é de um equilíbrio ténue e difícil de obter. O próprio Primeiro-Ministro tem vindo a insistir publicamente na mensagem de que "Portugal não pode parar" e que não deseja novas eleições até ao fim formal da legislatura, procurando manter o navio governativo firme face à forte pressão e vigilância contínua da oposição e de eventuais coligações negativas que não levam em conta o interesse nacional.

Os **TSD – Trabalhadores Social-Democratas** saúdam a liderança do Presidente do Partido e Primeiro-Ministro. Reiteramos a nossa total disponibilidade e determinação em continuar a ser a grande força agregadora do mundo do trabalho no seio do PSD.

Como estrutura autónoma, assumimos o compromisso de fazer ecoar as aspirações de progresso e justiça social dos trabalhadores dentro do Partido, projetando, simultaneamente, os ideais social-democratas e o modelo de democracia laboral nas empresas, no movimento sindical e na concertação social.

2. UMA SITUAÇÃO INTERNACIONAL EM TRANSFORMAÇÃO – UM GOVERNO ASSERTIVO E FIEL AOS SEUS ALIADOS

A conjuntura internacional de 2026 continua a ser marcada por uma profunda volatilidade e incerteza geopolítica cujos impactos socioeconómicos e securitários exigem de Portugal uma voz firme e sem ambiguidades no plano externo e inteligência estratégica na gestão interna.

A Europa enfrenta o prolongamento e o desgaste da agressão militar ilegal da Federação Russa contra a Ucrânia, um conflito que continua a testar os valores fundamentais do direito internacional, da soberania e da Carta das Nações Unidas. Portugal, sob a liderança do Governo do PSD, mantém-se firmemente empenhado no apoio multidimensional à Ucrânia, alinhado com os seus parceiros da União Europeia e da NATO.

A Crise no Médio Oriente e o seu Impacto nas Políticas Públicas

Paralelamente, o conflito no Médio Oriente escalou de uma crise localizada para um foco de instabilidade global com profundas repercussões económicas e sociais. As fricções na região e as ameaças às principais rotas comerciais e de transporte de combustíveis — com destaque para as perturbações no tráfego marítimo e a vulnerabilidade dos pontos de estrangulamento como o Estreito de Ormuz — ameaçam alterar o tabuleiro económico mundial.

Estas tensões têm gerado impactos diretos em três frentes principais:

- **Pressão Inflacionista Global e Custos de Logística:** O aumento dos custos de transporte marítimo e as oscilações nos mercados de energia (petróleo e gás natural) criam uma pressão constante sobre os preços das matérias-primas. Esta realidade afeta diretamente os custos de produção das empresas europeias e o poder de compra das famílias.
- **Condução das Políticas Públicas na Europa:** A nível europeu, o prolongamento desta instabilidade forçou uma redefinição de prioridades. O foco das políticas públicas mudou no sentido de acelerar a autonomia estratégica e energética da União Europeia, reforçar os orçamentos de defesa e segurança, e reajustar as políticas monetárias para evitar recaídas na inflação, salvaguardando a estabilidade dos mercados financeiros.
- **Impactos em Portugal e a Ação do Governo:** Em Portugal, este cenário de incerteza global obriga o Governo liderado pelo PSD a uma gestão orçamental rigorosa, equilibrando a responsabilidade fiscal com a necessidade de adotar medidas de

mitigação. As políticas públicas nacionais têm respondido a estes desafios através do alívio da carga fiscal sobre os trabalhadores e do apoio à competitividade das empresas mais expostas aos custos energéticos e logísticos.

Face a este cenário global complexo, Portugal tem sabido manter uma diplomacia equilibrada, mas firme de condenação inequívoca do terrorismo, exigência intransigente pelo respeito do direito internacional humanitário, proteção das populações civis e apoio ativo à solução de dois Estados.

Ao mesmo tempo, e no plano interno, **o Governo demonstra estar à altura dos desafios.** Através de uma postura assertiva e previsível, o Executivo garante que Portugal continua a ser um parceiro internacional confiável, blindando a economia nacional e o rendimento real dos trabalhadores face às réplicas destas crises geopolíticas que moldam o mundo em 2026.

II. PORTUGAL E O PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

1. PSD – UM GRANDE PARTIDO DE PORTUGAL, DA SOCIEDADE E DOS TRABALHADORES

Desde a sua fundação, o PSD tem-se apresentado como um partido de carácter interclassista, comprometido com a representação de todos os portugueses. O seu ideário, fundamentado em princípios e valores perenes, tem acompanhado a evolução da sociedade, demonstrando a capacidade constante do partido de se adaptar às novas exigências e desafios demográficos, tecnológicos e económicos.

O PSD, além de se constituir como uma força política abrangente, assume uma identidade clara também como partido de trabalhadores. Num país onde a valorização do trabalho e a retenção do talento são fundamentais para responder à crise demográfica e à fuga de jovens qualificados, o PSD encontra no apoio da classe trabalhadora um dos pilares centrais da sua sustentação e legitimidade política.

Os **TSD – Trabalhadores Social-Democratas** constituem um pilar fundamental na estrutura do PSD, representando a voz dos trabalhadores dentro do partido. A existência dos TSD é uma consequência natural da nossa ideologia, que concilia o valor do trabalho, a competitividade económica e a justiça social com a profunda ligação à realidade concreta da sociedade portuguesa.

Também ao nível do movimento sindical, a nossa influência faz-se sentir através de um tecido vasto de associados e dirigentes que perfilham estes valores. São, precisamente, os TSD que projetam e enraizam o PSD nesta esfera social tão determinante para a coesão do país.

Os TSD visam, assim, contribuir para a construção de uma sociedade orientada pela social-democracia, pugnando pelo cumprimento dos princípios programáticos do PSD na área laboral e pela defesa intransigente da independência e autonomia das associações sindicais. Como consequência, mantêm uma presença nuclear e ativa na UGT – União Geral de Trabalhadores, na USI – União dos Sindicatos Independentes e no movimento sindical independente em geral.

Mas este é também um caminho de duplo sentido. Se representamos o PSD junto do mundo laboral e do movimento sindical então, por maioria de razão, **representamos o mundo do trabalho, o seu sentir, as suas novas dinâmicas, anseios e necessidades no seio do Partido.**

Consequentemente, os TSD defendem que os grandes valores do Trabalho, da justiça social, da contratação coletiva e do diálogo social construtivo — cruciais para a mitigação das desigualdades e o combate à pobreza — não podem ser secundarizados em nome de uma rigidez tecnocrática ou de visões macroeconómicas insensíveis à realidade das famílias.

O Trabalho é a base da nossa sociedade. É nele que reside o rendimento da maioria das famílias e o garante da sua qualidade de vida. Do mesmo modo, assumimos que sem trabalhadores

motivados e valorizados não há empresas competitivas, e sem empresas sustentáveis não há economia forte.

2. O PAPEL INCONTORNÁVEL DO PSD NA RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS LABORAIS E NO FUTURO DO TRABALHO

Após ter liderado o país com sucesso na superação da crise financeira entre 2011 e 2015, e de ter exercido posteriormente uma oposição firme e construtiva, o Partido Social Democrata lidera hoje os destinos de Portugal, reafirmando o seu compromisso com uma social-democracia moderna. Ao defender um modelo que combina a eficiência e a liberdade de mercado com a coesão social, o PSD assume-se como o motor político capaz de garantir estabilidade, progresso económico e justiça distributiva.

Ao longo do atual ciclo governativo, o Executivo liderado pelo PSD soube responder com eficácia e pragmatismo aos bloqueios históricos que geravam profunda insatisfação social. Se numa primeira fase foi prioritário pacificar diversos setores do Estado, mormente na educação e na segurança — devolvendo a dignidade a professores e forças de segurança através de acordos há muito adiados, bem como em diversas outras carreiras na Administração Pública — **a governação foca-se hoje em reformas estruturais**. Estas passam pela valorização real do salário médio, pelo alívio fiscal sobre os rendimentos do trabalho e pela criação de condições que fixem os jovens e o talento em Portugal.

Os TSD congratulam-se com este percurso de estabilização laboral e orgulham-se do papel ativo que, através do movimento sindical democrático, desempenharam e continuam a desempenhar na concertação social, privilegiando o compromisso em detrimento da rutura.

A nossa visão alinha-se firmemente com o princípio da **Economia Social de Mercado**. Acreditamos que a criação duradoura de riqueza é a condição fulcral para a sustentabilidade das políticas sociais, distributivas e redistributivas

De igual modo, a experiência governativa recente demonstra que a uma economia débil ou excessivamente tributada corresponderá sempre a um Estado Social frágil e inconsequente. Assegurar a sustentabilidade económica através do estímulo ao investimento e da produtividade constitui a marca identitária do PSD — uma matriz que nos diferencia, ideológica e pragmaticamente, das visões estatistas ou puramente assistencialistas.

Em suma, a visão social-democrata do PSD assenta na certeza de que o interesse coletivo exige um crescimento económico robusto e sustentável, pois só este viabiliza a redistribuição justa da riqueza, a modernização dos serviços públicos e a longevidade do Estado Social.

Por tudo isto, o PSD afirma-se, hoje e no futuro, como o grande referencial de estabilidade e progresso no **Centro Político** português.

III. ECONOMIA, SOCIEDADE E TRABALHO

1. MAIS DESENVOLVIMENTO COMO GARANTIA DE INCREMENTO SOCIAL

Com a consolidação do ciclo político liderado pelo PSD, Portugal confiou a este Partido a responsabilidade de conduzir os desafios da governação. Os TSD entendem que este mandato deve ser traduzido, de forma inequívoca, na contínua melhoria dos rendimentos dos trabalhadores, na redução da pobreza e no combate firme às desigualdades.

A valorização contínua do salário mínimo nacional permanece um pilar central para assegurar a recuperação do poder de compra. Todavia, os TSD alertam que o aumento do salário mínimo não pode significar o esmagamento do salário médio. O achatamento das carreiras gera profundas injustiças, descontentamento e desmotivação laboral. É necessário continuar a desenhar políticas ativas que valorizem as qualificações e promovam o crescimento do salário médio em Portugal. Para tal, é fundamental criar as condições macroeconómicas propícias ao crescimento económico e à competitividade das empresas.

Relativamente à sustentabilidade do Estado Social a nossa divergência com o PS reside na forma de garantir a viabilidade das funções sociais do Estado a longo prazo. Enquanto defendemos que a criação de riqueza e o dinamismo económico são os alicerces de um Estado Social robusto, as forças de esquerda tendem a priorizar a expansão de despesa sem salvaguardar a sustentabilidade financeira.

Há toda uma responsabilidade histórica e as provas desta evidência ficaram patentes no passado recente, quando a negligência na gestão da coisa pública culminou no humilhante resgate financeiro de 2011, afetando gravemente as políticas sociais do país.

2. VALORIZAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS, APROFUNDAR O ESTADO SOCIAL

O desinvestimento crónico a que a Administração Pública e os Serviços Públicos foram sujeitos no passado recente por uma política cega de cativações que resultou num preocupante afastamento do Estado face aos cidadãos e aos territórios, fragilizando setores estruturantes como a Saúde, a Educação, a Justiça ou a Segurança Social.

Os TSD saúdam o esforço governativo na inversão deste estado de coisas. É absolutamente imprescindível dar continuidade à recuperação do investimento público, à valorização dos recursos humanos do Estado e à centralidade no cidadão. Isto implica:

- A garantia de **aumentos salariais justos** e plurianuais para todos os trabalhadores da Administração Pública.
- A **revisão e modernização das carreiras** profissionais ainda estagnadas.

- A implementação de sistemas de avaliação que sejam simultaneamente **justos, transparentes e motivadores**.
- O desenvolvimento de serviços públicos integrados que respondam às ocorrências da vida das pessoas (e.g., nascimento, casamento, compra de casa), em vez de obrigar o cidadão a navegar pela estrutura orgânica dos ministérios.

3. A RELEVÂNCIA DO SINDICALISMO DE BASE DEMOCRÁTICA

Os sindicatos desempenham um papel fulcral na regulação laboral e na estabilidade social, partilhando com a nossa matriz social-democrata o compromisso histórico de elevar as condições de vida dos trabalhadores.

Perante as profundas transformações do mercado de trabalho, o sindicalismo democrático deve assumir-se como um ator central nas decisões estratégicas do país. Exige-se, por isso, aos dirigentes — e em particular aos de inspiração social-democrata — uma conduta firmada na total autonomia sindical, rejeitando firmemente qualquer lógica de instrumentalização partidária no estrito respeito pelos próprios estatutos do PSD.

Para contrariar a quebra na filiação, urge modernizar e dotar as estruturas sindicais de quadros qualificados e dinâmicos, capazes de revitalizar a contratação coletiva e responder aos novos desafios digitais e contratuais. Em suma, é necessário reconhecer o papel construtivo da participação dos trabalhadores nos seus locais de trabalho para consolidar e aperfeiçoar a nossa democracia representativa.

4. A CONCERTAÇÃO SOCIAL COMO PILAR ESTRUTURAL DO DIÁLOGO

A complexidade do mundo atual exige a superação de visões anacrónicas fundadas na "luta de classes", tantas vezes alimentadas por radicalismos ideológicos. Em contrapartida, o diálogo estruturado no seio da Concertação Social afirma-se como o mecanismo mais eficaz para convergir os interesses de trabalhadores e empregadores num projeto partilhado de desenvolvimento.

É com este propósito que reafirmamos o nosso firme compromisso de dignificar e robustecer a Concertação Social, devolvendo a confiança mútua à relação entre os parceiros sociais e o Governo. Cabe ao Parlamento, no pleno respeito pela sua legitimidade democrática, valorizar e acolher na lei os acordos tripartidos obtidos e procurando garantir uma legislação laboral estável, previsível e geradora de paz social.

5. OS DESAFIOS DA COMPETITIVIDADE, DOS CONFLITOS MILITARES E AS RESPOSTAS EUROPEIAS

Portugal move-se num cenário internacional de elevada incerteza, marcado pela persistência de graves conflitos militares na Europa e no Médio Oriente, que continuam a pressionar as cadeias de abastecimento, a inflação e os custos da energia.

Perante esta conjuntura, a resposta do país deve estar firmemente ancorada no projeto europeu:

- **Aproveitamento Estratégico dos Fundos:** É imperativo garantir a execução plena e eficaz dos fundos europeus, nomeadamente o “NextGenerationEU” (Plano de Recuperação e Resiliência – PRR, em Portugal), direcionando-os para a transformação estrutural da economia, inovação e criação de postos de trabalho qualificados e dignos.
- **Geopolítica e Valores:** Reafirmamos o apoio inequívoco de Portugal à Ucrânia e à coesão da União Europeia face às ameaças externas, combatendo os nacionalismos isolacionistas e os discursos de ódio.
- **Aprofundamento do Pilar Europeu dos Direitos Sociais:** Os TSD defendem a aplicação prática do "Pilar Social" europeu. Pugnamos pela convergência europeia em matéria de salários dignos, segurança e saúde no trabalho, e no direito à desconexão, adaptando as leis laborais nacionais aos melhores padrões de proteção social da União Europeia.

6. COMPETITIVIDADE EUROPEIA, GERAÇÃO DE EMPREGO DE QUALIDADE

Embora o plano "NextGenerationEU" e os fundos estruturais mantenham um foco claro na transição digital e na economia circular, torna-se evidente que o atual modelo de desenvolvimento global exige uma revisão profunda. Se as metas de descarbonização e os modelos de regeneração ecológica não forem traduzidos em ações concretas, o risco de um colapso social e ambiental será inevitável. Hoje, a sustentabilidade ultrapassou a esfera das escolhas de mercado: transformou-se numa pré-condição absoluta para a sobrevivência da humanidade.

O nosso país e a União Europeia devem acelerar a execução de estratégias adequadas, céleres e mensuráveis para mitigar a nossa particular vulnerabilidade geofísica às alterações climáticas. Assistimos agora a uma frequência e severidade inéditas de fenómenos climáticos extremos que comprometem infraestruturas e ecossistemas. O investimento público e as políticas fiscais verdes têm de funcionar como indutores desta transformação, sob o pressuposto inabalável de que não existirá economia, emprego ou capacidade empreendedora num planeta cujos recursos vitais colapsaram.

Por conseguinte, a transição para a neutralidade carbónica, para a economia circular e para a automação avançada exige uma abordagem socialmente justa e inclusiva. Como adverte o Papa Leão XIV na encíclica *Magnifica Humanitas*, o progresso técnico nunca é neutro; se ele for reduzido a um mero instrumento de poder e eficiência, desumaniza as estruturas. A

adaptação dos locais de trabalho não pode significar a obsolescência dos trabalhadores, devendo Portugal integrar estas salvaguardas éticas no âmago das suas políticas públicas.

Torna-se imperativo consolidar um modelo de desenvolvimento económico qualitativamente distinto e ecologicamente sustentável. Este modelo deve ser capaz de harmonizar as transições digital e ecológica (a chamada "transição gémea"), colocando no topo da agenda a defesa do trabalho digno, o bem-estar coletivo e a proteção intransigente dos direitos sociais face à volatilidade dos mercados.

A Europa enfrenta um dilema existencial para preservar os seus valores fundacionais de prosperidade, equidade, liberdade e paz. Para garantir a coesão social, a UE precisa de responder com urgência ao novo desenho geopolítico global e ao severo abrandamento demográfico que drena a sua força de trabalho tradicional. A manutenção do estilo e nível de vida europeus exigem um investimento massivo e coordenado em inovação e produtividade real. A inteligência artificial, a transição energética e a autonomia estratégica industrial e de defesa são desafios que requerem uma mobilização financeira sem precedentes. Se a Europa falhar nesta resposta, perderá a sua relevância geopolítica e a capacidade de salvaguardar o seu modelo social. É urgente fechar o fosso tecnológico e de investimento que nos separa de potências como os Estados Unidos ou a China.

Diante do risco iminente de desindustrialização e deslocalização de setores estratégicos e tecnológicos, a Europa necessita de uma execução firme da sua estratégia industrial comum, cuja falta histórica de coordenação tem fragilizado o Mercado Único.

Os TSD apoiam, por isso, as conclusões e as reformas estruturais preconizadas no "Relatório Draghi" (*O Futuro da Competitividade Europeia*), assumindo-as como um roteiro indispensável para injetar competitividade na economia europeia, desbloquear o investimento público-privado e fazer frente à concorrência agressiva dos restantes blocos económicos globais.

7. GLOBALIZAÇÃO E MIGRAÇÕES

A fragmentação das cadeias de produção globais, embora tenha gerado crescimento macroeconómico nominal em certas geografias, intensificou uma concorrência predatória entre Estados. O resultado tem sido a compressão de salários, a precarização das relações laborais e a erosão sistemática de direitos sociais consolidados. Torna-se vital desenhar mecanismos de governação económica internacional que conciliem a abertura comercial com a proteção efetiva dos trabalhadores e a justiça distributiva.

Este dinamismo económico desequilibrado é também o grande motor dos fluxos migratórios contemporâneos. Estas pessoas, que desempenham um papel crucial na sustentabilidade demográfica e na criação de riqueza nos países de acolhimento, são frequentemente empurradas para a periferia social. Enfrentam situações intoleráveis de exploração laboral,

vulnerabilidade habitacional, xenofobia institucional e insegurança jurídica, vendo as suas trajetórias familiares severamente fraturadas.

A aplicação e o aprofundamento das diretrizes do “Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular” da ONU continuam a ser um imperativo moral e político. É urgente regular, fiscalizar e dignificar estes fluxos migratórios. Esta regulação protege tanto a dignidade de quem chega — salvaguardando-o de redes de tráfico humano — como a estabilidade das comunidades que acolhem, prevenindo a saturação de serviços públicos e asfixiando os discursos de ódio e os extremismos políticos que se alimentam do medo e da desordem. Importa evitar que estes temas sejam partidarizados por determinadas forças políticas, de modo a salvar um debate sério e isento de visões demagógicas.

Do mesmo modo, o “Pacto sobre a Migração e Asilo” da União Europeia, consiste num novo conjunto de normas para gerir os fluxos migratórios e unificar o sistema de asilo na UE. O objetivo é garantir resultados eficazes sem nunca abdicar dos valores europeus fundamentais.

O pilar estritamente nacional das legislações laborais demonstra-se impotente para conter o *dumping* social e a desregulamentação competitiva transfronteiriça. Assistimos, por via disso, a uma expansão alarmante da economia informal e das plataformas digitais sem rosto jurídico, mesmo no seio das economias europeias desenvolvidas. Esta regressão exige um quadro normativo internacional e europeu muito mais robusto, que institua padrões mínimos globais de dignidade laboral e impeça que o lucro se sobreponha aos direitos humanos.

Esta degradação generalizada do ecossistema de trabalho deteriora a saúde física e mental das populações ativas. O aumento exponencial do stresse crónico, o surgimento de novas patologias ligadas à conectividade permanente e a persistência de sinistros mortais no trabalho são sintomas claros de um modelo de produtividade desumanizado.

Neste contexto, o respeito pelos direitos fundamentais no trabalho regista um retrocesso preocupante à escala global. A liberdade de associação e a proteção sindical eficaz continuam vedadas a metade da população ativa mundial. O recuo manifesta-se no ressurgimento de formas contemporâneas de trabalho forçado, na exploração do trabalho infantil nas cadeias de abastecimento tecnológicas e em discriminações prévias baseadas no género, raça, religião ou deficiência, desafiando abertamente o princípio da igualdade intrínseca de cada ser humano.

IV. SUSTENTABILIDADE DO MODELO ECONÓMICO E O FUTURO DO TRABALHO

1. LEGISLAÇÃO LABORAL E O FUTURO DO TRABALHO

A modernização das leis do trabalho em Portugal requer pensamento estratégico e capacidade de previsão do futuro, especialmente numa era em que o mercado laboral se transforma mais rápido do que nunca. A inteligência artificial, a transição digital e as plataformas eletrónicas estão a romper com os moldes tradicionais de organização do emprego.

Ademais, dada a sua especificidade e extrema sensibilidade económico-social e política, os progressos nesta matéria exigem equilíbrios complexos, bem como uma capacidade de diálogo e de compromisso político nem sempre fáceis de viabilizar.

Mudar o mercado de trabalho exige cruzar produtividade com proteção social e desenvolvimento. É imperativo que Portugal acompanhe a vanguarda europeia no que toca ao direito à desconexão, à transparência nos salários e à regulação de algoritmos nas empresas.

A eficácia deste sistema pressupõe o reforço da capacidade inspetiva do Estado, ao qual cumpre salvaguardar o equilíbrio de interesses entre as entidades empregadoras e os trabalhadores. Perante isto, a nossa matriz social-democrata deve assumir o leme desta transição, equilibrando a flexibilidade necessária com a segurança que os trabalhadores merecem.

2. TRANSPARÊNCIA SALARIAL E RENDIMENTO EFETIVO

A Diretiva Europeia sobre transparência salarial representa uma mudança estrutural na política laboral. A sua implementação obrigará as empresas a adotar mecanismos mais claros na divulgação das suas estruturas remuneratórias. Para os TSD, esta Diretiva deve ser aproveitada para introduzir em Portugal o conceito de **rendimento mensal efetivo** e, de igual modo, criar as condições para uma verdadeira e efetiva igualdade salarial entre mulheres e homens.

Atualmente, em vários setores económicos, os aumentos negociados na contratação coletiva incidem apenas sobre o salário base, deixando de fora diversos componentes complementares. Esta realidade reduz o impacto real das atualizações salariais e prejudica a transparência dentro das organizações. Em alguns casos, trabalhadores com as mesmas funções auferem valores muito distintos devido à dispersão de múltiplos complementos.

Por isso, urge clarificar o conceito de **remuneração efetiva** para efeitos de negociação coletiva, progressão na carreira e avaliação da evolução dos rendimentos. Além disso, a transparência salarial é um instrumento crucial para combater o fosso salarial entre homens e mulheres, promovendo relações laborais mais justas.

Os TSD defendem que os trabalhadores devem ter acesso a informação clara sobre os critérios de progressão, avaliação de desempenho e atribuição de prémios. Afinal, a valorização salarial continua a ser um dos maiores desafios da economia portuguesa: um crescimento económico sustentável exige profissionais mais qualificados, mais produtivos e, consequentemente, mais bem pagos.

A valorização salarial é a chave para o futuro do país. Uma economia sustentável e em crescimento depende diretamente de profissionais qualificados, produtivos e justamente remunerados.

3. ORGANIZAÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO

A organização do tempo de trabalho é uma das matérias mais relevantes das relações laborais modernas, impulsionada pelo desenvolvimento tecnológico que alterou profundamente a gestão da produção e dos serviços. Atualmente, verifica-se uma pressão crescente para alargar os períodos de disponibilidade dos trabalhadores, recorrendo a mecanismos como isenções de horário, flexibilidade desregulada ou disponibilidade digital permanente.

Para os TSD, a flexibilidade é necessária, mas não pode ser sinónimo de desregulação. O aumento cego das horas de trabalho não gera produtividade económica; esta depende, sim, da qualificação, da inovação, da eficiência organizacional e da motivação das equipas. Embora Portugal continue a registar uma produtividade baixa face a outras economias europeias, a solução não passa pelo prolongamento dos horários. O caminho exige o reforço do acesso a capital de risco e fundos privados, a promoção da literacia financeira e o investimento em I&D. Além disso, é fundamental simplificar os licenciamentos, coordenar a administração pública, acelerar a justiça fiscal e administrativa e, acima de tudo, apostar nas competências dos trabalhadores.

O direito ao descanso, à conciliação com a vida familiar e à saúde mental deve ser rigorosamente protegido, uma vez que a normalização de jornadas excessivas prejudica trabalhadores, famílias e as próprias empresas. Paralelamente, importa reforçar a fiscalização do trabalho suplementar não declarado e das falsas isenções de horário. Em suma, a modernização do mercado de trabalho deve promover a eficiência e o equilíbrio, e nunca a disponibilidade permanente.

A modernização do mercado de trabalho deve assentar na eficiência e no equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, rejeitando a cultura da disponibilidade permanente.

4. PLATAFORMAS DIGITAIS E NOVAS FORMAS DE EMPREGO

Se, por um lado, as plataformas digitais criaram oportunidades económicas e novas formas de prestação de atividade, por outro, geraram novas dinâmicas de precariedade e dependência

económica. Atualmente, muitos destes trabalhadores encontram-se numa zona cinzenta entre o trabalho subordinado e o autónomo, carecendo de uma proteção social adequada.

A União Europeia avançou com uma diretiva crucial para clarificar estas relações laborais, instituindo mecanismos de presunção de laboralidade sempre que se verifique subordinação económica e organizacional efetiva. Os TSD defendem que Portugal deve acompanhar esta evolução europeia de forma determinada, garantindo proteção social robusta, transparência algorítmica e o direito à representação coletiva. A inovação tecnológica nunca pode servir de pretexto para dismantelar direitos fundamentais.

Adicionalmente, dado que estas plataformas utilizam frequentemente algoritmos para definir horários, distribuir serviços, avaliar desempenhos e fixar remunerações, urge regulamentar estes processos. É imperativo assegurar que tais mecanismos sejam transparentes e permaneçam sob supervisão humana, garantindo aos trabalhadores o direito de contestar decisões automatizadas que afetem o seu rendimento ou o acesso à atividade. A economia digital do futuro deve coexistir com direitos laborais modernos e uma proteção social efetiva.

5. A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA

A Inteligência Artificial (IA) protagoniza uma das maiores transformações económicas e sociais das últimas décadas, expandindo-se rapidamente por quase todos os setores. Inicialmente restrita a tarefas repetitivas e administrativas, a IA começa agora a impactar funções altamente qualificadas em áreas como a banca, o direito, a engenharia, a contabilidade, os recursos humanos, a medicina, a comunicação ou a consultoria, entre outras. Contudo, muitas empresas têm priorizado a aplicação desta tecnologia apenas com o objetivo estrito de reduzir custos operacionais e encolher estruturas humanas, o que coloca desafios profundos ao modelo social europeu e à organização do trabalho.

Para os TSD, a inovação tecnológica deve avançar em estreita parceria com a responsabilidade social e política. Embora a automatização promova ganhos significativos de produtividade e eficiência, o seu uso desregulado pode gerar desemprego qualificado, concentração económica e o agravamento das desigualdades. É imperativo evitar que a transição digital culmine numa economia dual, dividida entre uma minoria altamente especializada e uma maioria de trabalhadores precários ou desqualificados.

Neste cenário, Portugal apostar estrategicamente na requalificação profissional, no reforço das competências digitais e na adaptação célere dos sistemas educativos. A IA deve ser encarada como uma ferramenta para complementar o potencial humano, e não para substituir indiscriminadamente trabalhadores numa lógica puramente financeira. Em suma, o desenvolvimento tecnológico deve estar permanentemente subordinado a princípios éticos, sociais e democráticos.

A produtividade trazida pela Inteligência Artificial só será um sucesso coletivo se gerar riqueza partilhada, inovação e empregos com direitos, rejeitando a exclusão social.

6. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SEGURANÇA SOCIAL

A crescente automatização da economia coloca um desafio estrutural à sustentabilidade futura da Segurança Social. Uma vez que o sistema contributivo português assenta essencialmente nas contribuições incidentes sobre os rendimentos do trabalho, a transição para sistemas automatizados — e a consequente redução da massa salarial — poderá encolher drasticamente as receitas que financiam o Estado Social. **Os TSD consideram que esta questão exige um debate sério, estratégico e amplamente participado.**

Embora a transformação digital aumente a produtividade e os lucros empresariais, o seu reverso pode ser a perda de receitas públicas associadas ao trabalho humano. Por isso, importa estudar novos mecanismos contributivos capazes de assegurar a sustentabilidade financeira dos sistemas públicos de proteção social. Este debate, que já começou em diversos países europeus, deverá intensificar-se nos próximos anos.

Não é aceitável que os ganhos de produtividade resultantes da inteligência artificial beneficiem exclusivamente acionistas e grandes empresas, sem que haja uma justa compensação para a sociedade. Num contexto de mutação acelerada do mercado de trabalho, a proteção social continuará a ser um pilar indispensável.

Num mercado de trabalho em mutação acelerada, a proteção social robusta é inegociável. Cabe à matriz social-democrata liderar a criação de soluções que unam a vanguarda tecnológica à justiça social, garantindo que a IA financia — e não destrói — o futuro da Segurança Social.

7. REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DEFESA DA DIGNIDADE HUMANA

A IA não pode, sob pretexto algum, conduzir à subalternização do ser humano perante a máquina. Os algoritmos utilizados na gestão de recursos humanos — seja no recrutamento, na avaliação de desempenho ou em processos de despedimento — devem estar sujeitos a regras claras e a uma supervisão humana obrigatória. A dignidade humana tem de prevalecer sobre modelos puramente automatizados de gestão laboral.

Os trabalhadores detêm o direito inalienável de compreender os critérios pelos quais são avaliados, selecionados ou excluídos por sistemas automatizados. Paralelamente, importa prevenir de forma ativa os riscos de discriminação algorítmica associados à utilização de grandes volumes de dados. Afinal, a tecnologia nunca é neutra: os algoritmos refletem escolhas humanas, vieses inconscientes, critérios económicos e modelos de gestão específicos.

Neste sentido, os TSD defendem a total transparência dos sistemas, a realização de auditorias independentes e a garantia de que os trabalhadores possam contestar decisões

automatizadas. A modernização tecnológica deve respeitar escrupulosamente os princípios fundamentais do Estado de Direito democrático. Cabe à sociedade liderar a construção de um modelo tecnológico humanista, onde a inovação esteja, sempre e em qualquer circunstância, subordinada à dignidade da pessoa humana.

O grande desafio da matriz social-democracia é garantir que a inovação tecnológica nunca se sobreponha ao indivíduo. O futuro do trabalho exige um modelo tecnológico humanista, onde a inteligência artificial serve a humanidade, e não o contrário.

8. TELETRABALHO E DIREITO À DESCONEXÃO

O teletrabalho transformou profundamente a organização laboral em múltiplos setores económicos, acelerando tendências que, em circunstâncias normais, demorariam anos a consolidar-se. Se, por um lado, o trabalho remoto trouxe vantagens inegáveis no que respeita à flexibilidade, à redução de deslocações e à conciliação familiar, por outro, introduziu desafios complexos. A maior dificuldade na separação entre a esfera profissional e a vida pessoal tornou-se uma realidade evidente, traduzindo-se, frequentemente, numa pressão de disponibilidade digital permanente.

Face a este cenário, os TSD defendem a consagração de um direito efetivo à desconexão, acompanhado de regras claras sobre a utilização de meios digitais fora do horário normal de trabalho. A flexibilidade organizacional é um ativo valioso, mas não pode, sob pretexto algum, transformar-se em disponibilidade ilimitada.

Paralelamente, a regulação desta modalidade exige total clareza no que toca à atribuição de responsabilidades por despesas adicionais, fornecimento de equipamentos, condições de ergonomia e salvaguarda da privacidade do trabalhador no seu ambiente doméstico. O teletrabalho deve ser regulado de forma moderna e equilibrada, garantindo que a evolução digital caminha a par do respeito pelo bem-estar e pelo tempo de descanso dos profissionais.

A flexibilidade do teletrabalho deve servir para melhorar a qualidade de vida e a eficiência, nunca para exigir uma disponibilidade ilimitada. O futuro do trabalho remoto depende da nossa capacidade de desconectar para proteger a saúde mental.

9. FORMAÇÃO CONTÍNUA E REQUALIFICAÇÃO

A qualificação permanente será o fator decisivo para responder com sucesso aos desafios da transformação digital e da inteligência artificial. Perante este cenário, os sistemas educativos e formativos enfrentam a necessidade urgente de se adaptarem às novas dinâmicas do mercado de trabalho. A formação contínua não pode continuar a ser vista como uma mera obrigação legal ou administrativa; deve ser entendida como um instrumento estratégico essencial para a competitividade das empresas e a empregabilidade dos cidadãos.

Neste novo ecossistema, importa distinguir claramente entre a formação contínua de valorização, a formação regulatória obrigatória e a formação realizada através de plataformas digitais. O crescimento exponencial do *e-learning* exige, por isso, a definição de regras claras que salvaguardem a qualidade pedagógica, o enquadramento laboral e o respeito pelo tempo dedicado à aprendizagem.

Embora a automação possa eliminar algumas profissões tradicionais, ela criará inevitavelmente funções que exigirão competências renovadas. Os trabalhadores devem, por isso, ter acesso a percursos de requalificação (*reskilling*) robustos. Portugal precisa de apostar fortemente na qualificação tecnológica e científica da sua população ativa, ciente de que o investimento na formação é, na verdade, o investimento no futuro económico e social do país.

A transformação digital poderá eliminar algumas profissões, mas criará igualmente funções e novas necessidades de competências.

O investimento nas qualificações da população ativa não é um custo — é o investimento mais rentável que Portugal pode fazer para garantir o seu crescimento económico a longo prazo.

Conclusão

Um Compromisso Reformista e Humanista para o Futuro de Portugal

Portugal encontra-se na encruzilhada de uma das transformações mais profundas e céleres da sua história contemporânea. A vaga da Inteligência Artificial, a digitalização e a emergência de modelos laborais disruptivos não são meras evoluções tecnológicas — são forças tectónicas que estão a reconfigurar o tecido económico, a natureza do emprego, as relações humanas e a sustentabilidade do nosso Estado Social. Perante este cenário de incerteza e oportunidade, a passividade ou o imobilismo legislativo condenariam o país à cauda da Europa e ao empobrecimento da sua população ativa.

Os Trabalhadores Social Democratas (TSD) afirmam convictamente que a social-democracia portuguesa tem o dever histórico de liderar esta transição. Rejeitamos quer o neoludismo que teme o progresso e tenta travar a inovação, quer o neoliberalismo cego que encara a tecnologia como um pretexto para dismantlar os direitos conquistados pelo mundo do trabalho. A nossa visão assenta numa premissa inegociável: a vanguarda tecnológica deve coexistir, em perfeita simbiose, com uma proteção social robusta, com a dignidade humana intrínseca e com a valorização real do trabalho.

O PSD, força liderante do Governo, tem aqui o desafio e a oportunidade de se afirmar como o verdadeiro e único referencial da modernização económica responsável. É ao PSD que cabe desenhar as políticas públicas que protejam a classe média trabalhadora — a espinha dorsal da nossa democracia —, garantindo que o crescimento económico assenta nas qualificações, na inovação e na justiça distributiva, e não na perpetuação de baixos salários ou na precariedade digital. Liderar este processo significa preparar o país para os desafios da sustentabilidade contributiva, para a justiça fiscal na era da automação e para a inclusão de todas as gerações nesta nova economia.

Dentro do partido e no seio do movimento sindical democrático, os TSD continuarão a ser o farol desta matriz identitária. Seremos a voz inconformada, mas responsável, moderada na forma, mas audaz no conteúdo reformista, firmemente empenhada em construir um Portugal mais produtivo, mais justo e socialmente coeso.

É com este espírito de missão, com os olhos postos no futuro e com a audácia de quem quer moldar o amanhã que os TSD apresentam esta Moção Temática Estratégica ao 43.º Congresso Nacional do Partido Social Democrata.

O futuro do trabalho apela a uma visão estratégica partilhada, e nós estamos empenhados em dar o nosso contributo para este caminho comum.

